

**A TROCA DOS SANTOS NA IGREJA SÃO FRANCISCO DE SÃO PAULO
(1828-1910)**

*THE CHANGING OF SAINTS IN THE CHURCH OF SÃO FRANCISCO OF SÃO
PAULO (1828-1910)*

*EL INTERCAMBIO DE SANTOS EN LA IGLESIA DE SÃO FRANCISCO DE
SÃO PAULO (1828-1910)*

Alvaci Mendes da Luz¹
alvaci.luz@usf.edu.br

RESUMO

Um episódio, ocorrido enquanto a Irmandade de São Benedito administrou a Igreja do Convento São Francisco de São Paulo, foi particularmente citado pelos historiadores franciscanos no início do século XX: a troca dos santos no altar-mor da Igreja conventual, bem como a consequentemente mudança de titularidade devocional no templo. Este artigo analisa o episódio, dando destaque para a substituição da imagem de São Francisco pela de São Benedito, fato que ocorreu depois da aquisição de um novo retábulo. A comunidade negra instalada na igreja do Largo São Francisco estava atenta aos contextos políticos e sociais que a envolvia, de modo particular, os movimentos em prol da abolição da escravatura no Brasil.

Palavras-chave: confrarias católicas; irmandades de pretos; irmandade de São Benedito; Convento São Francisco.

ABSTRACT

An episode, which took place while the Brotherhood of São Benedito administered the Convent church of São Francisco of São Paulo, was particularly cited by the Franciscan historians in the beginning of the 20th century: the changing of the saints on the high altar of the convent church, as well as the consequent change of devotional title on the temple. This article analyses the episode, highlighting the replacement of the image of Saint Francis with that of Saint Benedict, fact that occurred after the acquisition of a new altarpiece. The black community housed in the Largo São Francisco church was aware of the political and social contexts surrounding it, particularly, the movements for the abolition of slavery in Brazil.

Keywords: catholic confraternities; brotherhoods of black; brotherhood of São Benedito; São Francisco convent.

¹ Doutorando em História da Arte pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/SP). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atua como professor convidado em cursos de graduação e pós-graduação na Universidade São Francisco (USF) em Bragança Paulista/SP e no Centro de Documentação e apoio a Pesquisa em História da Educação (CDAPH) da mesma Universidade São Francisco. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3967245549034773>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8929-1240>.

RESUMEN

Un episodio, ocurrido mientras la Hermandad de San Benito administraba la iglesia del Convento San Francisco, en São Paulo, fue particularmente citado por los historiadores franciscanos de principios del siglo XX: el cambio de santos en el altar mayor de la iglesia conventual, así como el consecuente cambio de titularidad devocional en el templo. Este artículo analiza el episodio, destacando la sustitución de la imagen de San Francisco por la de San Benito, que tuvo lugar tras la adquisición de un nuevo retablo. La comunidad negra alojada en la iglesia de Largo São Francisco era consciente de los contextos políticos y sociales que la rodeaban, en particular los movimientos a favor de la abolición de la esclavitud en Brasil.

Palabras clave: cofradías católicas; cofradías de negros; cofradía de San Benito; Convento San Francisco.

INTRODUÇÃO

As confrarias católicas, “[...] subdivididas basicamente em irmandades e ordens terceiras” (Reis, 1991, p. 60), foram bastante comuns no Brasil durante o período colonial e imperial. Formadas majoritariamente por leigos, ou seja, não clérigos, as confrarias congregavam-se em torno de um santo de devoção ou orago, administravam igrejas particulares, festas religiosas, enterros e procissões. Funcionavam como espaços de sociabilidade, concedendo aos seus membros direitos e deveres, bem como garantias de enterro, local de sepultura, missas pelas almas dos falecidos, empréstimos financeiros e até mesmo compra de carta de alforria, no caso daquelas compostas por homens e mulheres pretas² (Quintão, 2002).

Trazidas para o Brasil no século XVI, as confrarias tiveram papel primordial no processo de organização social e política do país. No campo da evangelização dos povos indígenas e, principalmente, dos africanos escravizados, foram elas decisivas para a demarcação e a consolidação de uma estrutura social estratificada entre brancos e não brancos.

Por mais de oito décadas, a igreja de São Francisco do centro de São Paulo, fundada pelos frades da Ordem dos Frades Menores (franciscanos) em 17 de setembro de 1647, esteve sob os cuidados de uma irmandade de *homens de cor*, como eram conhecidas aquelas compostas prioritariamente por pretos: a Irmandade do Glorioso São Benedito (Freitas, 1922).

Na capital paulista, a irmandade instalada no convento São Francisco era uma das confrarias de pretos mais antigas da cidade, fundada, segundo Röwer (1957, p. 118), já nos anos iniciais de funcionamento do cenóbio franciscano. Enquanto esteve sob administração dos pretos, como veremos, a igreja conventual passou por obras de reformas, ampliação, aquisição

² Utilizaremos, neste ensaio, o termo preto/preta ao invés de negro/negra. Nas irmandades católicas compostas por homens e mulheres de cor, o termo preto era preferencialmente utilizado pelos seus membros, para se autorreferenciarem entre pares e nos documentos oficiais.

de bens e investimentos diversos. O espaço tornou-se também local de manifestação religiosa da comunidade preta paulistana e deu lugar às pautas de reivindicação de liberdade aos escravizados, na efervescência abolicionista pela qual passou o Largo São Francisco.

Os pretos de São Benedito, atentos aos contextos sociais, políticos e religiosos que os envolviam, contando com o esforço de seus membros e a participação de advogados abolicionistas da Faculdade de Direito³, conseguiram deixar impressas as marcas de sua passagem por aquele espaço urbano e religioso. Adentraram, por fim, o século XX, com o seu orago sendo o titular da igreja franciscana e colocado no nicho central do altar-mor.

IRMANDADE DE SÃO BENEDITO NA IGREJA DO CONVENTO SÃO FRANCISCO

Os franciscanos chegaram em São Paulo em meados do século XVII, como já sinalizado, algumas décadas depois de outros grupos religiosos, como os jesuítas, os carmelitas e os beneditinos. Inauguraram seu convento e igreja na região do atual Largo São Francisco, em um dos vértices do triângulo central⁴. Pouco tempo depois, ao seu lado se organizariam duas confrarias leigas – a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e a Irmandade de São Benedito –, ambas com altares próprios no interior da igreja para o culto aos seus santos (Röwer, 1957).

A Capitania, depois Província de São Paulo, incluindo sua capital, contou com um bom número de confrarias católicas ao longo dos séculos. Pouco a pouco, elas foram se estruturando, construindo igrejas e delineando seu lugar no traçado urbano. Alcântara Machado (1978, p. 199- 200 *apud* Silva, 2009, p. 128) relacionou as que ficavam em terras da Capitania, conforme documentação encontrada, sendo algumas do final do século XVI:

Misericórdia, Nossa Senhora do Rosário, São Miguel, Santíssimo Sacramento, São Sebastião, Santo Amaro, São João Batista, São Francisco, Nossa Senhora da Piedade, Descendimento da Cruz, Fieis de Deus, Onze mil virgens, São Paulo, Santa Catarina, Santa Luzia, São Brás, Todos os Santos, Nossa Senhora da Apresentação, Nossa Senhora do Carmo, São José, São Pedro, Nossa Senhora da Boa Morte, São Benedito, Almas, Santos Passos, Nossa Senhora de Monserrat, Nossa Senhora da Conceição e outras.

Durante o período em que existiram, elas cumpriram alguns papéis na sociedade paulista: auxílio mútuo, ajuda nos momentos de doença e dificuldades financeiras, cuidados em relação a funerais, missas, enterros e orações pelas almas dos falecidos. Alexandre Otsuka

³ Academia de Ciências Jurídicas e Sociais do Brasil, Academia de Direito ou ainda Faculdade de Direito (hoje pertencente a Universidade de São Paulo), foi criada pelo Imperador Dom Pedro I em 11 de agosto de 1827 e inaugurada no dia 1º de março de 1828. Funcionou desde o princípio nas dependências do Convento São Francisco de São Paulo (Toledo, 2012).

⁴ Triângulo central ou histórico é o primeiro núcleo de povoação urbana da capital paulista, localizado entre os três principais conventos de religiosos no período colonial: Mosteiro de São Bento, Convento do Carmo e Convento de São Francisco. Há outras definições e delimitações sobre esse traçado urbano central, mas convencionamos usar aqui o que delimita o triângulo na área das ordens religiosas (Luz 2022).

(2015, p. 58) verificou que, na segunda metade do século XIX, a cidade de São Paulo contava ainda com dezenove irmandades, “[...] instituições que também tinham relevância na intermediação de problemas cotidianos entre os irmãos, facilitando o estabelecimento de negócios e o julgamento de disputas entre os mesmos”.

A Irmandade do Glorioso São Benedito da cidade de São Paulo, por sua vez, teve sua aprovação oficial em 22 de outubro de 1772 (Correio Paulistano, 1855), mas seu momento mais expressivo se deu ao longo do século seguinte, quando adquiriu autonomia administrativa e financeira e se tornou responsável pela Igreja do Convento São Francisco.

Desde a sua fundação, a São Benedito da capital manteve as mesmas características das irmandades de pretos espalhadas pelo Brasil. Nos livros de receitas e despesas e nos livros de assentamentos, encontramos alistamentos de pretos escravizados, servos de senhores, pobres e trabalhadores, bem como de brancos, clérigos e de uma parte da elite paulistana inserida na confraria, na maioria das vezes, como protetores ou benfeitores. Ao longo das décadas seguintes à sua aprovação oficial, ela aumentou em número de irmãos e em recursos financeiros (Luz, 2022).

Já o próspero Convento São Francisco, que nos séculos XVII e XVIII contava com um grande número de frades, no início do XIX não era mais o mesmo. Os estudos de filosofia e teologia deixaram de ser ministrados nele em 1818. Nesses cursos, haviam lecionado e estudado os mais importantes nomes do franciscanismo brasileiro do século XVIII. “No dito ano de 1828 a Comunidade se aguentava em seis religiosos” (Röwer, 1957, p. 113), convivendo com os alunos da recém-fundada Faculdade de Direito.

Vale ressaltar que o decreto imperial de 11 de agosto de 1827, que criou o curso de Ciências Jurídicas e Sociais do Brasil, afetou em cheio os franciscanos da capital paulista, resultando na sua saída definitiva da cidade em finais daquela década. Roberto Pompeu de Toledo (2012, p. 313) explica:

Quanto ao prédio para abrigar a Academia, o que se impôs desde logo foi destinar a este fim um dos conventos da cidade. Eram as construções mais amplas e, cada vez mais carentes de frades, as mais subaproveitadas. Arouche inspecionou os três históricos conventos de São Paulo. Carmo e São Bento lhe pareceram inconvenientes. Exigiriam grandes reformas. O de São Francisco, ao contrário, apresentava vantagens. Nele, as antigas celas e outros cômodos, distribuídos em dois níveis, poderiam ser transformados em salas de aula “sem demolir nada e sem vexame dos frades”, como escreveu ao governo central [...] Logo, porém, o prédio todo passou ao uso exclusivo da Academia.

Decadência de um, ascensão de outro. Foi assim que a Irmandade de São Benedito viu sua oportunidade para continuar subsistindo no mesmo espaço onde, por décadas, cultivaram a devoção ao santo preto Benedito de Palermo. Ao analisar fontes primárias, bem como periódicos

oitocentistas, percebemos o esforço constante dos irmãos para administrar, manter e reformar o templo durante quase todo o século XIX. Foram anos de cuidados, obras, festas, enterros, enfim, de envolvimento e manutenção do espaço físico.

Durante o oitocentos, a irmandade foi adquirindo características próprias e enfrentando desafios para manter-se na igreja conventual, influenciada pela ausência dos franciscanos e pela vizinhança com a Faculdade de Direito e com a Ordem Terceira. Viveu, pois, uma situação ímpar no centro da cidade, algo que não ocorreu com suas congêneres – as de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Efigênia e Santo Elesbão –, que possuíam igrejas próprias (Luz, 2022).

Por quase um século, os *beneditos*⁵ resistiram avizinados por dois grupos principalmente de brancos e elitizados. Um ofício escrito pela Ordem Terceira e direcionado ao superior dos franciscanos no Rio de Janeiro, em 1854 (Livro [...], 1854, p. 148), detalha a situação:

Qdo o Convento se dignou conceder o Edifício para a Academia, o Gov. de S. M. I. ordenou, q a Igreja fosse entregue à Ordem 3^a para tratála, e conservála, visto q não havião mais aqui Religiosos congregados [...] Mandou pois a Ordem 3^a fazer hua chave na porta da Igreja, e para ella se servia, por q a Portaria e todo o Convento pertencia a Academia. A Irmandade de S. Benedito q tem sua Imagem no altar colateral de Sto Antônio, pediu a Ordem 3^a, q queria tratar da Igreja, fazer ali suas Festas, enterros, celebrar-se Missa todas as vezes possíveis, debaixo das vistas e governo do Pe Comissário [...] Desde então appareceu em alguns Irmãos o desejo de ficarem senhores da Igreja, independente da subordinação á Ordem 3^a.

Na década de 1850, os *beneditos* estiveram bastante ocupados em manter-se “senhores da Igreja”, como afirma o excerto. As discussões envolveram a disputa das chaves, a pressão externa da Ordem Terceira e da Faculdade de Direito e do padre comissário (capelão) dos Terceiros, ao mesmo tempo em que empregavam verbas da confraria em melhorias na igreja: no forro, no telhado, no assoalho e no seu cemitério (Luz, 2022).

Em nenhuma década do XIX, porém, encontramos tanta documentação sobre a Irmandade de São Benedito, quanto a de 1880, concentradas principalmente nos primeiros anos. De fato, como veremos a seguir, o incêndio ocorrido naquele ano tornou-se um dos trágicos eventos que mais marcaram a capital paulista no começo da década. As cartas trocadas entre as autoridades ainda podem ser acessadas no Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil e no Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, ambas em São Paulo. Já os anúncios publicados em periódicos da época, estão acessíveis no *Banco Nacional Digital* e revelam os pedidos de ajuda para a reconstrução do templo, sendo encabeçados pela confraria de pretos do Largo São Francisco. Estes talvez tenham sido os

⁵ O termo *beneditos* foi utilizado por Frei Basílio Röwer (1957) e Frei Diogo de Freitas (1922), para designar os membros da Irmandade de São Benedito. Também utilizaremos esta nomenclatura.

maiores esforços demandados pela irmandade nos anos em que eles foram os principais usuários da Igreja do Convento São Francisco.

DEPOIS DO INCÊNDIO: A COMPRA DE UM NOVO ALTAR

A década que se tornaria decisiva para o movimento de libertação dos escravizados começou “pegando fogo”, literalmente, no Largo São Francisco. Em 16 de fevereiro de 1880, por volta das três horas da madrugada, a cidade acordou ao som do repique dos sinos das igrejas centrais, com a agitação dos moradores e com as labaredas de um grande incêndio na Academia de Direito. O fogo varou a madrugada, tendo começado na secretaria da faculdade e se alastrado para a igreja do convento, destruindo a capela-mor e o seu altar. O fogo não se espalhou por todo o prédio, tendo sido debelado antes de se estender para a nave central e para os altares laterais. No começo da manhã, as chamas foram extintas.

Jornais como o *Correio Paulistano*, *A Constituinte* e o *Jornal da Tarde* relataram o ocorrido de forma detalhada no dia seguinte e em edições posteriores. Historiadores, como Frei Basílio Röwer (1957) e Leonardo Arroyo (1966), também relataram o fato, ao se referirem a um novo altar encomendado da Alemanha, sob a coordenação, segundo eles, da Irmandade Acadêmica⁶.

Aquele parece ter sido um dos maiores incêndios ocorridos na capital paulista até então, o que deu origem, inclusive, menos de um mês depois, à lei que criou a primeira Seção de Bombeiros⁷ da capital, destinada exclusivamente a apagar incêndios que ocorressem na cidade (Luz, 2022).

Dos jornais citados, optamos por transcrever as linhas de um daqueles que narra o episódio, escolhido aqui pelo fato de fazer menção à “Igreja de São Benedito”, algo pouco comum no início da década de 1880, em versões públicas, mas que se tornaria rotineiro ao final do século. A titularidade atribuída a São Benedito, aparece n’*A Constituinte* (17 fev. 1880, p. 1, grifo nosso), que assim noticiou o ocorrido:

Hontem, cerca das 3 horas da madrugada, manifestou-se incêndio no edificio da faculdade de direito e igreja anexa, sob a invocação de S. Benedicto. Aos avisos das principaes igrejas da capital, enorme multidão concorreu ao logar do sinistro e ao mesmo tempo uma força composta de urbanos, sob o comando do tenente Azevedo, de permanentes ás ordens de seu comandante, tenente coronel Toledo Martins, e de tropa de linha, dirigida pelo tenente Ewerton, procuraram dominar o incêndio, que já

⁶ Tratava-se de uma associação de leigos, aos moldes das confrarias católicas, composta, porém, por professores e alunos da Faculdade de Direito e fundada na década de 1860. Na década de 1880, não há mais relatos sobre a sua existência.

⁷ Trata-se da Lei nº 6, de 10 de março de 1880, que reza: “[...] Fica o governo da provincia autorizado a organizar, desde já, uma secção de bombeiros, anexa à companhia de urbanos da capital, e a fazer aquisição dos machinismos proprios para a extincção de incêndios”. (São Paulo, 1880, p. 1).

tinha tomado proporções violentas, o que conseguiram cerca das 6 horas da manhã. Ardeu toda a capella-mor da *igreja de S. Benedicto* e três salas do edificio annexo, onde se achava o archivo da faculdade de direito, que ficou quazi todo reduzido à cinzas.

Debeladas as chamas, era preciso descobrir as causas. As notícias nos jornais, quase todas, foram unânimes em dizer que o evento havia sido um ato criminoso. Segundo o chefe de polícia João Augusto de Paula Fleury, uma ou mais pessoas haviam entrado na secretaria da Academia de Direito e, na sala da congregação, embebeu panos em querosene ou petróleo e ateou fogo. Fleury ainda disse que uma bengala foi encontrada na secretaria, além de panos banhados com material inflamável (Luz, 2022).

Nos dias que se seguiram, alguns jornais apontaram acusados e delinearão possíveis ações. A Constituinte (1880, p. 2) assim se expressou: “As circunstancias deste facto, ainda que de momento apanhadas, são de tal ordem que deixam suspeitas que o mesmo incêndio fôra o resultado de um plano criminoso.” Já o *Correio Paulistano* (1880, p. 3) pediu punição dos acusados: “Á descoberta e ao severo castigo do criminoso devem se dedicar inteiramente as autoridades competentes, e nós fazemos votos para que tão bárbaro crime não fique impune.” Enfim, *A Provincia de S. Paulo* – citada em edição especial de A Constituinte (1880, p. 1) – lamentou: “Excecravel criatura!!!... Só é certo que mão criminosa deu origem ao calamitoso desastre.”

Não entraremos no mérito das discussões políticas travadas entre os jornais. Basta dizer que alguns seguiam linha liberal; outros, linha conservadora; e todos disputavam espaço na arena política. No caso do sinistro no Largo São Francisco, alguns se referiram ao ato, por exemplo, como uma represália a acontecimentos da década anterior, a saber: a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871; a tentativa de reforma educacional de João Alfredo, em 1874 (Faria, 2020); e, de um modo geral, a crise pela qual passava o império brasileiro, intensificada pelos movimentos abolicionistas que começaram a aumentar nos finais de 1860 (Alonso, 2015).

Como já sinalizamos, a Faculdade de Direito e o Largo São Francisco se tornaram locais privilegiados das disputas abolicionistas em São Paulo, e a cidade, por sua vez, o epicentro dos movimentos em toda a Província. Naquele 1880, afirma Otsuka (2015, p. 46), São Paulo já havia passado de um “[...] pequeno burgo de estudantes para um verdadeiro centro urbano, tornando-se ponto nodal de circulação de pessoas, mercadorias e ideias”.

Na segunda metade do século XIX, impactantes mudanças conformaram a vida das pessoas, influenciando, de forma específica, os modos de sociabilidade na urbe paulistana. Segundo Robert Conrad (1975, p. 224), a cidade “[...] havia se tornado província-chave dos movimentos abolicionistas no país, com revoltas frequentes, fugas em massa, rebeliões nas fazendas e acoitamento de escravizados”.

Logo após o incêndio, a reforma da capela e do altar-mor demandou grandes esforços da irmandade de São Benedito. Para arrecadar fundos, os irmãos precisaram nomear uma comissão, composta por confrades⁸, alguns militares, políticos e advogados, sob a coordenação de Antônio Bento de Souza e Castro (1843-1898), que foi um advogado abolicionista, ex-aluno da Faculdade e era membro desde jovem da irmandade dos pretos. Ao menos durante três anos, tempo necessário para que as atividades voltassem ao normal, circularam bilhetes e cartas pedindo doações, além de terem sido promovidos eventos, a fim de custear as reformas e o pagamento de um novo altar (Luz, 2022).

Uma carta assinada pelo secretário da irmandade J. [João Augusto] Pereira (1880) – alguns meses, portanto, depois do sinistro –, revelou a autonomia dos irmãos na execução das reformas, que já haviam começado:

Estando em andamento as obras de reconstrução da Capella-mor da Igreja de São Francisco pelo incêndio do dia 16 de fevereiro do corrente anno, a Irmandade de São Benedicto, erecta na mesma Igreja, recorre á piedade dos fieis pedindo-lhes um auxilio em favor d´aquellas obras. Estão reconstruídos o telhado e o forro da Capella-mor: mas não dispondo a Irmandade de outros recursos para levantar um novo altar, visto que o antigo foi totalmente devorado pelas chammas e reparar o soalho da Igreja, recorre cheia de confiança aos habitantes desta cidade e a todos os que quizerem auxilia-la nesta obra pia, esperando por este meio restabelecer em breve na dita Igreja o culto religioso e a festa do seu orago [...]. São Paulo 30 de junho de 1880. O Ir. Secretario J. Pereira.

As obras se estenderam. Em 1881, foi instalado um altar provisório, para realização de algumas cerimônias, enquanto o novo não ficava pronto. Dois anos ainda foram necessários para que o definitivo altar-mor fosse instalado. O Correio Paulistano (1883a, p. 2) noticiou o retorno das atividades da irmandade e a festa do orago, realizada com “toda a pompa e esplendor”, e publicou integralmente um texto elaborado em reunião da mesa administrativa. Nele, os irmãos reforçaram seu protagonismo nas obras e novamente pediram ajuda para quitar as dívidas contraídas para a realização da reforma:

A mesa administrativa da irmandade de S. Benedicto, desta cidade, tendo a custa de supremos esforços, conseguido restaurar o altar e capella-mór da igreja do convento de S. Francisco, em que funciona, e que foram destruídos por lamentável incêndio, resolveu fazer a festa de seu orago com toda a pompa e esplendor que as exigências do culto sagrado e os sentimentos religiosos impõe, sobre tudo depois de um tão longo período de adormecimento e quietação [...] A irmandade está devendo quantia não pequena; e a mesa, depois de esgotados outros recursos, lança mão hoje do seguinte expediente, que é o de pedir prendas a todos os devotos, especialmente as piedosas irmãs e todas as senhoras residentes nesta cidade, que poderão remetter ao irmão thesoureiro capitão Fortunato José dos Santos qualquer objecto que a sua generosidade approuver offerter.

⁸ A palavra confrade foi bastante usual na linguagem religiosa dos períodos colonial e imperial, mas é pouco utilizado na linguagem coloquial atualmente. Aqui ela é empregada diversas vezes e também servirá como sinônimo de “irmão”, uma vez que era desse modo que os membros das confrarias preferencialmente se dirigiam uns aos outros.

Ao final das festividades, realizadas entre abril e maio de 1883, novamente o Correio Paulistano (1883b, p. 1, grifo nosso) deu destaque à grandiosidade do evento, a procissão que saiu pelas ruas e ao pregador; no fim da nota, reforçou o caráter excepcional das cerimônias realizadas em comemoração à restauração do altar e da capela-mor da igreja, “[...] destruídos por um incêndio, sabe-se, o restaurados, como também em tempo noticiamos, *á custo de grandes sacrificios da irmandade de S. Benedicto*”.

Esses “grandes sacrificios”, contudo, não foram salientados nas páginas dos que recontaram a história da Irmandade anos depois. Ao menos foi o que percebemos nos dois autores citados: Frei Basílio Röwer (1957) e Leonardo Arroyo (1966). Ambos creditaram os méritos das reformas e do pagamento do novo altar aos acadêmicos e à irmandade por eles constituída. Ora, a dita Irmandade Acadêmica de São Francisco de Assis não mais existia em 1880, e a de São Benedito estava novamente à frente do espaço naqueles anos. Qual teriam sido as motivações dos autores para tal atribuição? Teriam errado as datações, seja do incêndio, seja da extinção da Irmandade Acadêmica? Tiveram eles acesso a alguma outra fonte primária que justificasse tais afirmações?

Difícil responder a essas questões. O que conseguimos pontuar é que Arroyo (1966) fez tais afirmações em sua obra, e elas são bem parecidas com as considerações de Röwer (1957), publicadas alguns anos antes. Talvez o primeiro tenha se baseado nas informações do segundo, que, em seu livro, salientou:

A Irmandade Acadêmica funcionou alguns anos e fez concertos na igreja. O de maior vulto foi depois do incêndio de 16-2-1880, que destruiu a capela-mor, ficando apenas as paredes. Do altar foi salva somente a imagem do padroeiro, de que a tradição afirma que era a imagem de S. Francisco mais bela de todos os antigos Conventos da Província. Entre os lentes abriu-se uma subscrição para adquirir o altar-mor que hoje se vê. Veio de Munich (Alemanha) e foi sagrado por D. Lino em 1880 [...] *Ao que parece, foi a restauração da capela-mor a última obra da Irmandade Acadêmica em benefício da igreja*, pois não achamos mais referências a ela nos anos posteriores (Röwer, 1957, p. 121, grifo nosso).

Se a afirmação de Röwer (1957) estiver certa, o novo altar teria sido encomendado, construído ou comprado, transportado da Alemanha e abençoado pelo bispo de São Paulo, no local onde até hoje se encontra, num prazo de dez meses, ou seja, entre fevereiro e dezembro de 1880. Dadas as condições financeiras, levando-se em conta os custos do novo altar e da reconstrução da capela-mor, bem como outros fatores antes elencados, tal informação nos parece pouco provável. O que pode ter ocorrido é que Röwer (1957) estivesse intencionalmente creditando os méritos a um grupo em detrimento do outro.

Levando-se em conta que Frei Basílio Röwer esteve envolvido nas disputas judiciais empreendidas no início do século XX entre os *beneditos* e os franciscanos, e por ter sido ele o principal historiador a dedicar algumas linhas de sua obra sobre os franciscanos em São Paulo e sobre os confrades de São Benedito, tratando estes últimos de forma depreciativa, parece-nos plausível considerar que houve atribuição deliberada de méritos a um grupo em prejuízo de outro.

Mateus Rosada (2021) concorda com Röwer (1957) em relação ao prazo de dez meses para instalação do novo altar. Ele se baseia na hipótese de que o retábulo pode ter sido comprado já pronto de alguma igreja que passava por reformas na região alemã da Baviera. Segundo Rosada (2021), o altar-mor da Igreja de São Francisco é o único em estilo rococó bávaro no Brasil, e isto faz dele uma obra relevante. Afirma, ainda, que não há dúvidas de se tratar de um exemplar alemão, encomendado “[...] pelo advogado e germanófilo Clemente Falcão de Souza Filho [que] encabeçou a mobilização e encomendou um novo retábulo na cidade de Munique, Alemanha” (Rosada, 2021, p. 1070). Rosada (2021) não pôde afirmar, porém, com base em fontes primárias, quem teria comprado ou encomendado o novo altar-mor.

No caso de Arroyo (1966), as informações sobre as obras na Igreja do Convento São Francisco apresentam erro de datação. Se o incêndio foi amplamente noticiado nos jornais da época, esse autor deve ter se deparado com alguma notícia a esse respeito durante suas pesquisas. Contudo, ao abordá-lo, escreve:

A Irmandade de São Francisco, pelas mãos dos estudantes e lentes, fez obras de reparos na igreja. O *incêndio de 1870* destruiu o altar-mor e os lentes da Escola fizeram uma subscrição destinada à compra, na Alemanha, de novo altar-mor. Parece que é o mesmo que ainda lá se encontra hoje, sagrado por d. Lino Deodato, em 1880 (Arroyo, 1966, p. 144, grifo nosso).

Em 1870, a Irmandade Acadêmica de São Francisco de Assis ainda existia, mas suas condições financeiras estavam bem aquém de obras de tamanho vulto. É certo que a comoção gerada pelas chamas na Academia deve ter sensibilizado professores, alunos e advogados, que podem ter auxiliado a Irmandade de São Benedito nas obras de restauro. No entanto, como visto, o incêndio não ocorreu no ano indicado por Arroyo (1966), e sim dez anos depois, quando a confraria formada por professores e alunos não mais existia. Atribuir a determinado grupo tais obras, portanto, não nos parece plausível.

Quanto à datação e ao pagamento do altar, restam algumas dúvidas. Jornais paulistanos que rememoraram o incêndio, um ano depois do ocorrido, contrariam as afirmações de Röwer (1957), corroboradas por historiadores ao longo das décadas. O *Correio Paulistano* (1881) citou as obras de reparo que ainda estavam sendo realizadas na capela-mor e no altar principal. O jornal transcreveu as decisões tomadas pelos confrades em mesa administrativa, que, naquele ano, resolveram retomar algumas atividades na sua igreja, depois de ter-se “[...] allí erguido um

altar-mór provisório, em quanto não se estabelece definitivamente o que foi destruído pelo incêndio de 16 de fevereiro de 1880” (Correio Paulistano, 1881, p. 1). Por seu turno, o Jornal da Tarde (1881, p. 1, grifo nosso) estampou, em sua primeira página, em tom poético, as lembranças do dia do incêndio e concluiu:

A pobre e mesquinha irmandade de S. Benedicto desta cidade, onde se alistam aos centos os humildes e desgraçados escravos, *é que se põe á testa do grande empreendimento de restabelecer a Igreja com todo o seu decoro e esplendor [...] A irmandade é digna do auxilio de todos.* Grandes e pequenos, ricos e pobres, livres e escravos, todos pódem carregar sua pedra para restabelecimento da casa do Senhor.

Verificando o Livro de Receitas e Despesas datado de 1858-1886, as afirmações acima ficam ainda mais claras. Percebemos, por exemplo, que, ao longo das décadas de 1860 e 1870, as entradas financeiras e as despesas variaram pouco, girando em média em um conto de réis anual. Entretanto, particularmente no ano de 1882, a despesa foi bem acima da média, e as doações ou esmolas foram muito além daquilo que era comum entre 1881 e 1883. As datas e as afirmações relatadas nos periódicos citados são corroboradas pelas despesas vultosas da Irmandade de São Benedito no período entre 1880 e 1884, ou seja, entre o incêndio e o término das reformas.

O referido livro apresenta, no cabeçalho da página que antecede à discriminação das despesas e das receitas, a seguinte inscrição: “Balança da receita e despesa da Irmandade do Glorioso São Benedicto da Capital da Província de São Paulo, a cargo do respectivo Thesoureiro Capitão Fortunato José dos Santos no anno de 1880 a 1884” (Livro [...], 1858-1886). Em seguida, elenca as receitas, que somaram a cifra de 38 contos, 730 mil e 232 réis, valor que inclui o “[...] produto de beneficio de loteria recebida em 1882, no Thezouro Provincial⁹, de 30 contos de réis” (Livro [...], 1858-1886). As despesas somaram a cifra de 38 contos, 729 mil e 975 réis ao longo daqueles anos, restando para os cofres da Irmandade o irrisório valor de 257 réis no final das obras (Livro [...], 1858-1886).

Todas as despesas foram documentadas provavelmente em livro à parte, ou em recibos diversos, pois, ao relatarem os valores, os irmãos afirmaram: “[...] despendido em 1880, conforme a relação de documentos sob nº 1”; “despendido em 1881, conforme a relação de documentos sob nº 2” (Livro [...], 1858-1886); e assim sucessivamente, até o ano de 1884. Essas relações de documentos, no entanto, não chegaram até nós. Elas poderiam nos ajudar a saber detalhadamente com o que os valores foram gastos. Para se ter uma ideia, apenas no ano de 1882,

⁹ As informações sobre essa “loteria do Thesouro Provincial” carecem de investigação. Não conseguimos aqui afirmar se se tratava de algum empréstimo, de alguma loteria aos moldes como existem atualmente ou se foi alguma doação feita pelo governo à Irmandade de São Benedito para obras emergenciais.

ano em que muito provavelmente foi feita a compra ou a encomenda do novo altar, os irmãos gastaram a exorbitante quantia de 34 contos, 682 mil e 480 réis, ou seja, quase todo o valor arrecadado no período entre 1880 e 1884.

Entre o incêndio, o estabelecimento de um altar provisório, a arrecadação de fundos e a finalização das obras, passaram-se quase quatro anos, segundo os jornais e as fontes analisadas, e não apenas alguns meses, como sugeriu Röwer (1957), ou dez anos, como apontou Arroyo (1966). Talvez haja alguma documentação, por nós desconhecida, que ajude a esclarecer a questão em pesquisas futuras. Por ora, só podemos afirmar o que vimos nas fontes primárias e nos periódicos: os pretos de São Benedito empreendendo os esforços necessários para o bom andamento das obras na sua igreja.

SÃO BENEDITO NO ALTAR: A TROCA DAS IMAGENS

Reforçamos até aqui o protagonismo dos *beneditos* em obras, festas, enterros e procissões, desde o momento em que assumiram as chaves da Igreja do Convento e assim tomaram sobre si a liderança daquele espaço. Como vimos, as vizinhas Faculdade de Direito e Ordem Terceira travaram com eles embates e disputas de poder.

Após o incêndio e as consequentes reformas, dentro de contextos nacional e local relativamente “favoráveis”, os pretos no Largo São Francisco, ao trazerem seu orago novamente para sua igreja, e sendo apoiados por movimentos abolicionistas que se intensificavam cada vez mais na cidade, podem ter dedicado o lugar mais alto do altar por eles reconstruído ao seu patrono. Os esforços empreendidos por décadas, principalmente nos últimos anos, podem ter legitimado a “troca dos santos” e a colocação da imagem de São Benedito no nicho central do altar-mor.

Tal afirmação é uma hipótese baseada em informações extraídas das fontes analisadas e de pesquisas realizadas por outros historiadores. De fato, depois das reformas pós-incêndio, com as festas do orago novamente sob a coordenação e a organização dos irmãos pretos, os anos seguiram cada vez mais próximos do fim do regime escravista no país, e a região do Largo São Francisco se destacou na liderança dos movimentos pró-libertação dos cativos. Toda essa mobilização nos leva a crer que aquele momento teria sido o mais propício para os *beneditos* assumirem de vez a titularidade de sua igreja e realizarem a famigerada troca das imagens.

Esse período, em específico, nos pareceu ideal, pois, em toda a São Paulo de então e até mesmo em outras regiões, “o abolicionismo se avolumou” (Alonso, 2015). Em 1884, duas províncias inteiras, Amazonas e Ceará, aboliram a escravidão. Na capital paulista, de modo

particular no Largo São Francisco, com os alunos de Direito, ampliou-se a atuação daqueles que eram a favor da libertação final, começando por quarteirões no entorno da Faculdade.

São Paulo era polo político, tinha Partidos Liberal e Republicano fortes e Faculdade de Direito, que dava jovens à mobilização: foram eles os criadores, em maio de 1884, da Comissão Libertadora Acadêmica, vinculada à CA [Confederação Abolicionista], que pôs em marcha campanha de libertação de quarteirões no entorno da faculdade (Alonso, 2015, p. 219).

Os anos entre 1880 e 1888 se passaram em meio a uma turbulência política em relação ao futuro da escravidão no país. Em 1884, por exemplo, foi apresentado pelo senador baiano Manuel Pinto de Souza Dantas (1831-1894) um projeto de lei bem abrangente para a libertação dos sexagenários, prevendo destinação de terras e democratização do ensino, o qual gerou significativa polêmica e, no fim, não foi aprovado. Dantas acabou sendo destituído do cargo e, no ano seguinte, já sob a liderança do Barão de Cotegipe, a lei dos sexagenários foi enfim aprovada, bem mais enxuta e bastante modificada (Motta, 2018).

Em artigo de Ricardo Pirola (2018), fica claro o quanto as leis que foram sendo aprovadas a partir de 1871 – sendo, a primeira delas, a Lei do Ventre Livre – foram minando a confiança, por parte dos proprietários de escravizados, na figura do imperador e da monarquia, que eram, na prática, os responsáveis pela manutenção dos seus interesses. Os escravistas, afirma Pirola (2018), principalmente em cidades do interior, para demonstrar ao governo e aos promotores da ordem pública (polícia, juízes e delegados) que detinham o controle social e estavam descontentes com as leis que favoreciam os escravizados, promoveram, com seus capangas, uma série coordenada de linchamentos, amplamente divulgados na imprensa e que geraram pavor nas cidades.

A Igreja Católica, pouco a pouco, foi também aderindo à abolição. A diocese paulista, por exemplo, em junho de 1887, anunciou ser a favor da causa da libertação dos cativos (Alonso, 2015). A declaração, que produziu um efeito dominó em outras dioceses, foi dada justamente durante uma festa de São Benedito:

Em junho, o [bispo] de São Paulo atendeu a Antonio Bento, afinal membro de uma irmandade católica, que, em sintonia com a estratégia de Nabuco, pedira ofício episcopal do clero paulista com a declaração de não possuir escravos, como homenagem ao jubileu do papa. Obteve o compromisso do vigário-geral do bispado da província que, em festa de São Benedito, pediu “a intercessão do santo, preto, humilde e grande perante Deus, para que a liberdade de nossos irmãos seja efetiva no Brasil”. Daí por diante foi um dominó (Alonso, 2015, p. 333).

Considerando que a igreja do Largo São Francisco era a única em que o santo preto de Palermo era o orago principal na capital, em fins da década de 1880, tudo nos leva a crer que a manifestação do vigário, atendendo ao pedido do bispado pela adesão à causa da abolição, tenha ocorrido naquele espaço.

Meses depois, uma outra festa no Largo, que contava também com a participação de pretos desde o período colonial, terminou em confusão. O evento gerou tumulto e foi controlado por ação policial, como relata Robert Conrad (1975, p. 305), que detalha:

Também se verificou um surto de violência na cidade de São Paulo em outubro quando a polícia teve um choque com negros reunidos para um festival na igreja de São Francisco. No dia seguinte, várias pessoas brandindo cacetes atacaram a polícia, enquanto negros, gritando “Morte aos escravagistas!” e louvando a liberdade, apedrejaram os soldados que guardavam a entrada do palácio governamental.

Muito provavelmente, o evento que terminou em choque entre a polícia e os pretos – também mencionado por Emilia Viotti da Costa (1966) –, foi a festa de São Francisco de Assis, que, além daquela de São Benedito, também era promovida e incentivada pelos irmãos pretos desde a elaboração do seu Compromisso¹⁰ de 1855. Pelo que parece, as organizações de preto, em uma cidade agitada por abolicionistas, chamavam a atenção das autoridades policiais.

Acreditamos que foi em meio a esse cenário que houve a troca das imagens dos santos patronos. Parece-nos ter sido relevante para aquela associação possuir, no altar principal da igreja sob seus cuidados, e no crepúsculo da luta abolicionista, um santo preto legitimando sua causa. Esta afirmação, contudo, só pode ser feita levando-se em conta os quatro inventários de bens que os irmãos realizaram entre os anos de 1854 e 1901. Entre o primeiro e o último inventário é possível se estabelecer um provável período para a ascensão da imagem de São Benedito.

Ainda sobre a troca – evento político-religioso – realizada no altar-mor, recorremos a Maria Helena Machado (2010, p. 115), para nos ajudar a perceber a relação estreita entre as dimensões religiosa e política do ato: “[...] o mundo dos escravos mantinha-se [...] avesso ao profano: sua unidade cimentava-se na simbologia do sagrado.” Embora se refira aos escravizados nas fazendas do interior, a colocação da autora citada nos ajuda a pensar o que os *beneditos* conquistaram no centro de São Paulo: substituir um santo branco por um santo preto em uma das igrejas mais tradicionais e antigas da cidade. Para a autora, há, nos escravizados, uma certa motivação messiânica e profética, ou religiosa, na rebeldia que alimentavam ao se reunir em torno de um líder em sociedades secretas no interior da Província.

¹⁰ Tanto as irmandades quanto as ordens terceiras eram regidas por estatutos próprios, reunidos em um livro aprovado e confirmado por instâncias civis e eclesiásticas, chamado de Compromisso. Para Julita Scarano (1978), a aprovação do Compromisso colocava as associações numa situação de paridade institucional, isto é, na esfera jurídica, elas equivaliam entre si, independentemente de congregarem elementos brancos abastados, mulatos ou negros escravos.

Diante de todas essas ponderações é que chegamos à assertiva sobre as imagens e o período da troca. No Inventário de Bens (Relação [...], 1862) realizado antes do incêndio, os confrades mencionam que, no altar, estavam dispostas as imagens “[...] do santo Padre [São Francisco], São Domingos e São Pedro de Alcântara”. Em 1880, logo após o incêndio, um documento avulso (Propostas [...], [18--?]), sugeriu algumas atitudes a serem tomadas pelos irmãos, incluindo uma devida homenagem que deveria ser feita ao soldado De Souza que, nos periódicos (A Constituinte, 1880, p. 2), aparece como aquele que “[...] salvou a imagem de São Francisco do fogo”. Por fim, alguns anos depois das reformas, o último inventário realizado pelos irmãos, em 1901 (Inventário [...], 1901, grifo nosso), informa sobre a presença de São Benedito no altar-mor:

Inventário das alaias e mais pertences da Irmandade de S. Benedicto recebidas pelo Irmão Procurador, Snr. Francisco Benedicto Ribeiro da Silveira em julho de 1901. *Altar-mór com as Imagens de S. Benedicto (com esplendor de prata)*, S. João, S. Domingos e uma Imagem pequena de N. S. das Dores.

Vale mencionar a existência de outro inventário de bens, anterior ao de 1901. Em tal documento – em cujas últimas linhas se lê: “conferido aos 27 de agosto de 1893. José Domingues Frade. Procurador” (Bens [...], 1893), há, como em todos os outros, o elenco dos bens móveis e imóveis pertencentes à Irmandade de São Benedito. Curiosamente, nesse inventário, em particular, não há referências aos altares laterais e aos santos que neles se encontravam, limitando-se a pontuar que a imagem de São Benedito estava posta em seu nicho no altar: “Imaje de S. Benedicto com seo minino, em seo Nixo no Altar, com resplendor (de folha) De prata.” (Bens [...], 1893).

Embora o documento de 1893 sugira que o santo preto já estivesse colocado em um lugar de destaque, optamos por ressaltar aquele datado de 1901, pois foi nele que identificamos, em afirmação bem especificada, a imagem de São Benedito no altar-mor do templo.

Se, até o incêndio, a imagem de São Francisco ainda se encontrava no altar-mor; se os irmãos empreenderam grandes esforços para a reforma da igreja; e se, nos anos finais da escravidão, o Largo São Francisco se tornou local de reivindicação abolicionista, é bem possível que tenha sido nessa época que a imagem foi elevada ao lugar mais importante dentro do templo.

Ao que tudo indica, foi na década de 1890 que a Igreja do Convento São Francisco passou definitivamente a ser associada a São Benedito. Jornais como o Correio Paulistano (1899, p. 1) a citam desse modo, sem hesitar, e até mesmo o último Compromisso dos *beneditos*, elaborado em 1899 e aprovado pelo bispo em 1901, atribuiu ao templo a titularidade do santo preto (Compromisso [...], 1901). Finalmente, as autoridades civis e eclesiásticas reconheceram

os anos de disputa em torno da posse da igreja, que adentrou o século XX sendo a Igreja de São Benedito do Largo São Francisco.

A troca das imagens foi evento significativo para a irmandade de São Benedito e para os frades franciscanos. Estes últimos, na retomada do convento, entre os anos de 1908 e 1910, utilizaram-se de tal “ato afrontoso dos pretos” como argumento para reivindicarem novamente a igreja conventual para si. Frei Basílio Röwer (1877-1958) – que esteve envolvido nas disputas pela retomada da Igreja conventual, como já sinalizado, pois foi o superior da comunidade franciscana de São Paulo de 1909 a 1914 –, dedicou aos pretos de São Benedito pouquíssimas linhas nas páginas da vasta bibliografia que ele se propôs escrever ao longo do século XX.

Outro frade, Diogo de Freitas (1870-1954), historiador baiano que viveu muitos anos no Convento de São Paulo (de 1923 a 1954), foi ainda mais incisivo e não poupou adjetivos para desqualificar as ações da Irmandade na igreja, adjetivando-os de “indisciplinados e afrontosos”. O tempo em que estiveram os pretos à frente do templo conventual, nas palavras de Frei Diogo de Freitas (1922, p. 82, grifo nosso), assim se resume: “O predomínio dos ‘benedictos’ na que chamavam agora *egreja de São Benedicto* nenhuma vantagem lhe trouxe: andava esta *suja e malcuidada*, por toda parte a *desordem e o desleixo*.”

É de Frei Diogo também uma referência explícita sobre a troca das imagens dos oragos na Igreja conventual. No único parágrafo dedicado a mencionar a presença da Irmandade naquele espaço de culto, o franciscano assim se expressa: “Uma tal irmandade de S. Benedicto, porém, ali instalada desde 1772, ‘per fas’ ou ‘per nefas’ apossou-se da *egreja e abusivamente depoz a imagem do Patriarcha do altar-mór, alçando em seu logar a de S. Benedicto*, constituindo-o padroeiro-mor da *egreja*” (Freitas, 1922, p. 82, grifo nosso).

Vinte anos depois, ao narrar novamente a história do Convento franciscano de São Paulo, Frei Diogo retornou ao assunto da troca das imagens, desta vez para exaltar os feitos dos frades que retomaram, em 1910, a igreja conventual. Ao citar a acolhida dada pelos membros da Irmandade aos frades, como capelães, salienta:

A irmandade, que já se julgava dona da Igreja, pois até *substituíra a imagem do orago – S. Francisco – pela de S. Benedito*, não se opôs a essa pretensão, adiantando até meios com que os religiosos pudessem ultimar as instalações que improvisaram no local da antiga sacristia. Está compreendido que os padres entravam na qualidade de capelães da Irmandade, sem outros intuitos, pensavam os beneditos [...] (Freitas, 1942, p. 29, grifo nosso),

Os litígios jurídicos e os entraves entre frades e Irmandade de São Benedito só terminaram quando o arcebispo decidiu, em fevereiro de 1910, suprimir canonicamente a confraria de pretos. Um mês depois foi instalada uma comissão episcopal, que incluía Frei Basílio, para administrar os bens ora pertencentes aos *benedictos*. A igreja precisou ficar fechada

por um tempo, segundo os frades, por medo de que os confrades pretos “a tomassem de assalto” e, quando foi reaberta, já contava com a imagem de São Francisco ocupando novamente o altar-mor. E a titularidade? Essa demorou um tempo para sair do imaginário popular, que insistia em chamar o templo de Igreja de São Benedito (Correio Paulistano, 1928).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem da Irmandade de São Benedito pela Igreja de São Francisco da capital paulista foi documentada amplamente em jornais, em documentos produzidos pelos franciscanos, pela Ordem Terceira de São Francisco e pelos próprios confrades *beneditos*, como vimos ao longo deste artigo. O que foi apresentado sobre eles na historiografia oficial, porém, durante o século XX, foram as versões escritas basicamente por historiadores franciscanos. Dentre as narrativas priorizadas pelos frades, estava o episódio da troca das imagens no altar-mor da Igreja conventual.

A análise dos inventários das alfaias e bens tornou possível uma aproximação da década em que o evento deve ter acontecido, levando-se em consideração também os contextos sociais, políticos e religiosos da São Paulo de então. O incêndio ocorrido na Academia de Direito, no ano de 1880, cujas labaredas atingiram o antigo altar-mor da igreja franciscana, ajudou-nos a definir o recorte temporal. Afinal de contas, até aquele ano, a imagem de São Francisco ainda se encontrava no seu nicho principal.

Pesquisas futuras, poderão aproximar-nos ainda mais da datação ou de outras informações sobre esse fatídico episódio, caso algum outro inventário ou um texto avulso seja localizado, que sinalize o ocorrido, esteja entre os documentos remanescentes da Irmandade de São Benedito de São Paulo.

REFERÊNCIAS

A CONSTITUINTE: *Orgam Liberal*, São Paulo, ano 1, n. 160, p. 1, 2, 17 fev. 1880.

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo: introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

BENS pertencentes a Irmandade de S. Benedicto a guarda do Ir. Procurador. São Paulo: Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. 27 de agosto de 1893. Pasta 15.5. Documentos diversos.

COMPROMISSO da Venerável Irmandade do Glorioso São Benedicto de São Paulo. São Paulo: Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, 1901. Pasta 15.5. Documentos diversos.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

- CORREIO PAULISTANO, São Paulo, ano 2, n. 332, 26 out. 1855.
- CORREIO PAULISTANO, São Paulo, ano 27, n. 6968, p. 3, 17 fev. 1880.
- CORREIO PAULISTANO, São Paulo, ano 28, n. 7332, p. 1, 13 maio 1881.
- CORREIO PAULISTANO, São Paulo, ano 29, n. 7980, p. 2, 16 abr. 1883a.
- CORREIO PAULISTANO, São Paulo, ano 29, n. 8000, p. 1, 6 maio 1883b.
- CORREIO PAULISTANO, São Paulo, ano 46, n. 12877, p. 1, 10 jun. 1899.
- CORREIO PAULISTANO, São Paulo, ano 75, n. 23179, 2 mar. 1928.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. Corpo e alma do Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- FARIA, Ícaro Capanema de. João Alfredo Corrêa de Oliveira: ensino técnico profissional e modernização da sociedade brasileira no Segundo Reinado. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Natal, v. 2, n. 19, p. 1-21, 2020.
- FREITAS, Frei Diogo de. Convento de S. Francisco: de como os religiosos se aboletaram nos fundos da Igreja e foram-se alargando de 1909 a 1935 e das obras de maior vulto dessa data a 1937. *Vida Franciscana*, Petrópolis, ano 1, n. 1, p. 29-32, nov. 1942.
- FREITAS, Frei Diogo de. Resumo histórico da Província da Immaculada Conceição do Brasil desde a sua fundação até os nossos dias. In: RÖWER, Frei Basílio. *A Província Franciscana da Immaculada Conceição do Brasil nas festas do centenário da Independência Nacional – 1822-1922*. Petrópolis: Vozes, 1922. p. 9-129.
- INVENTÁRIO das alfaias e mais pertences da Irmandade de S. Benedicto, recebidos pelo Irmãos Procurador, Sr. Francisco Benedicto Ribeiro da Silveira em julho de 1901. São Paulo: Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, 1901. Pasta 15.5. Documentos diversos.
- JORNAL DA TARDE, São Paulo, ano 3, n. 181, p. 1, 13 maio 1881.
- LIVRO de Actas. São Paulo: Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da cidade de São Paulo: 1792-1863.
- LIVRO de receitas e despesas da Irmandade do Glorioso São Benedicto. São Paulo: Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. 1858-1886. Pasta 15.5. Documentos diversos.
- LUZ, Alvaci Mendes da. *Um preto no altar*: resistência e protagonismo em um território de disputas. Petrópolis: Vozes, 2022.
- MACHADO, Maria Helena Toledo Pereira. *O plano e o pânico*: os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2010.
- MOTTA, José Flávio. O inferno de Dantas: O Projeto de Lei n. 48 no jornal *A Província de São Paulo*, 1884. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Do tráfico ao pós-abolição*: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 424-453.
- OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antônio Bento*: discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de 1880. 2015. 230 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2015.
- PEREIRA, J., Ir. Secretário. São Paulo: Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, 30 de junho de 1880. Carta. Pasta 15.5. Documentos diversos.
- PIROLA, Ricardo F. A Lei de Lynch no ocaso da escravidão: linchamentos, justiça e polícia (1878-1888). In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *Do tráfico ao pós-abolição*: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 454-480.

PROPOSTAS feitas pelo Irmao [doutor] Antonio Bento de Souza e Castro, em mesa geral da Irmandade do [Glorioso] São Benedicto. São Paulo: Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, [18--?]. Pasta 15.5. Documentos diversos.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RELAÇÃO de bens existentes na Igreja a cargo do Ir. Procurador. São Paulo: Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, 23 de agosto de 1862. Pasta 15.5. Documentos diversos.

ROSADA, Mateus. São Francisco: um altar do rococó bávaro em São Paulo. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE BARROCO IBERO-AMERICANO*, 5., 2021, Granada, EUG. *Anais [...]*. Granada: Universidade de Granada, 2021. p. 1063-1070.

RÖWER, Frei Basílio. *Páginas de história franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1957.

SÃO PAULO. *Lei nº 6, de 10 de março de 1880*. Autoriza o governo a organizar desde já, uma seção de bombeiros, e a fazer aquisição dos maquinismos próprios para extinção de incêndios na capital. Província de São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 10 mar. 1880. (Coleção da Legislação Paulista). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/138015>. Acesso em: 29 out. 2024.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). O ouro e as novas fronteiras (1710-1765). *In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). História de São Paulo colonial*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 89-156.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.